RACISMO ESTRUTURAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO: AFRICANIDADE, EDUCAÇÃO E PROCESSOS DE DECOLONIALIDADE

CRISTIANE SEVERO BASTOS

RESUMO
Este artigo examina o racismo estrutural nas escolas municipais de São Paulo, investigando como a marginalização da africanidade influencia o currículo e a formação dos estudantes. O estudo analisa a abordagem de conteúdos relacionados à história, costumes, religiosidade, musicalidade afro-brasileira, além da literatura africana e afro-brasileira, dentro das diretrizes da rede municipal. A pesquisa, de caráter qualitativo, baseou-se em revisão bibliográfica, análise de documentos curriculares, observação de práticas pedagógicas e relatos do cotidiano escolar, com foco especial em estudantes das periferias. Constatou-se que a população negra enfrenta invisibilidade cultural, refletida na ausência de representatividade em livros didáticos, projetos escolares e práticas docentes, perpetuando desigualdades herdadas da escravidão. Conclui-se que a educação decolonial — que valoriza a africanidade, a literatura afro-brasileira e africana, a musicalidade e as tradições culturais — é essencial para promover inclusão, equidade e a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua identidade e de seu papel social.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo estrutural. Africanidade. Literatura afro-brasileira. Educação decolonial. Periferia.

INTRODUÇÃO

O racismo estrutural é uma forma histórica de desigualdade que atravessa instituições brasileiras e se manifesta com intensidade no sistema educacional. Como lembra Chauí (2018), ele não se resume a preconceitos individuais: está presente nas normas, no currículo, nas práticas e na cultura escolar, produzindo efeitos cumulativos que marginalizam populações historicamente oprimidas. Nas escolas municipais de São Paulo, essa realidade se evidencia na baixa representatividade da história, cultura e literatura afro-brasileira e africana, frente à predominância de narrativas eurocêntricas.

A educação formal tem grande potencial transformador, mas isso só acontece quando adota estratégias decoloniais que valorizem a africanidade e estimulem reflexões críticas sobre a escravidão e suas consequências atuais. Apesar da Lei 10.639/2003 tornar obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira, a implementação ainda enfrenta desafios: formação docente limitada, escassez de materiais pedagógicos adequados e resistência cultural e institucional. Munanga (2019) alerta que a escola muitas vezes reforça o racismo estrutural ao silenciar a história negra, gerando invisibilidade e perpetuando desigualdades.

Além disso, estudantes das periferias, de grande maioria negros, frequentemente não se reconhecem nos conteúdos escolares, percebendo a ausência de representatividade em livros, projetos culturais e práticas pedagógicas. Este estudo busca analisar essas questões e propor estratégias que integrem educação decolonial, valorização da africanidade e literatura afrobrasileira e africana como ferramentas de combate à invisibilidade cultural e fortalecimento da identidade étnico-racial

RACISMO ESTRUTURAL E SUPREMACIA BRANCA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

O racismo estrutural nas escolas municipais manifesta-se de forma ampla e persistente, ultrapassando as relações interpessoais e se enraizando no currículo, na organização institucional e nas práticas pedagógicas cotidianas. Trata-se de um fenômeno que naturaliza desigualdades históricas e contribui para a marginalização da população negra, sobretudo dos estudantes que vivem nas periferias urbanas. Nessa perspectiva, o racismo não pode ser compreendido como um conjunto de atitudes isoladas ou pontuais, mas como parte de uma lógica social mais profunda que orienta escolhas, silêncios e prioridades no interior das instituições escolares. Como explica Munanga (2019, p. 45), “o racismo estrutural não é resultado da ação individual isolada, mas da manutenção

de uma lógica social que perpetua desigualdades históricas e invisibiliza a população negra".

Essa lógica se sustenta, em grande medida, na supremacia branca, entendida como um sistema de valores, práticas e representações que legitima privilégios para grupos racialmente definidos como "brancos" e desqualifica ou apaga saberes e identidades negras. Roediger (1991) observa que "o conceito de 'brancura' foi moldado para criar uma hierarquia racial que legitimou a exploração de pessoas negras e indígenas, naturalizando a dominação e a exclusão social". No espaço escolar, essa hierarquia se expressa na centralidade de autores eurocêntricos, na pouca presença de referências afro-brasileiras e africanas nos materiais didáticos e na repetição de práticas pedagógicas que reforçam desigualdades raciais sem, muitas vezes, serem percebidas como problemáticas.

Além disso, mecanismos sutis de defesa e negação contribuem para a manutenção desse cenário. DiAngelo (2018) explica que "as fragilidades brancas funcionam como mecanismos de proteção que mantém o racismo estrutural invisível, permitindo que práticas discriminatórias se perpetuem sem serem questionadas". No cotidiano escolar, isso se traduz na dificuldade de reconhecer o racismo como um problema institucional, no receio de abordar o tema em sala de aula ou na tendência de tratar episódios discriminatórios como exceções, e não como parte de uma estrutura mais ampla.

A invisibilidade cultural produz efeitos concretos na trajetória escolar dos estudantes negros. Ao não se reconhecerem nas narrativas apresentadas nos livros, nas aulas ou nos projetos pedagógicos, muitos desenvolvem baixa autoestima e passam a internalizar a ideia de que sua história, sua cultura e seus saberes ocupam um lugar secundário na sociedade. Como afirma Djamila Dias (2018), "não reconhecer a história e a cultura de uma população é negar sua existência simbólica e política". Essa negação se materializa no dia a dia escolar por meio da desvalorização de trabalhos produzidos por estudantes negros, de comentários discriminatórios entre colegas, da ausência de representatividade nos materiais didáticos e da realização de celebrações superficiais, restritas a datas como o Dia da Consciência Negra, sem aprofundamento histórico ou reflexão crítica.

Dessa forma, o racismo estrutural nas escolas municipais não se restringe a episódios isolados de preconceito, mas se encontra profundamente enraizado nas instituições, orientando práticas, discursos e omissões. Reconhecer essa dimensão estrutural é um passo fundamental para que a escola possa se transformar em um espaço efetivamente comprometido com a equidade, o reconhecimento da diversidade e a construção de uma educação antirracista.

AFRICANIDADE BRASILEIRA: HISTÓRIA, COSTUMES, RELIGIOSIDADE E LITERATURA

História e Escravidão

A escravidão africana no Brasil constituiu um sistema estruturante que deixou marcas profundas na formação da sociedade, influenciando não apenas as relações econômicas, mas também a organização social, as concepções de raça e as hierarquias que ainda hoje orientam as relações sociais. O projeto colonial e escravocrata não se limitou à exploração da força de trabalho, mas operou também no plano simbólico, ao tentar apagar saberes, línguas, tradições e práticas religiosas trazidas pelos povos africanos. Esse processo de silenciamento e desvalorização produziu o que Chauí (2018) define como uma "amnésia cultural", cujos efeitos permanecem presentes no imaginário social e nas instituições brasileiras, inclusive na escola.

Apesar da violência desse sistema, os povos africanos e seus descendentes não foram sujeitos passivos da história. Por meio da resistência cotidiana e da criatividade, mantiveram e reinventaram suas práticas culturais, dando origem a manifestações que atravessam a música, a dança, a culinária, a religiosidade e as formas de organização social. Essas expressões culturais não apenas garantiram a preservação da memória e da identidade africana, mas também contribuíram de maneira decisiva para a constituição da cultura brasileira, ainda que muitas vezes tenham sido historicamente invisibilizadas

ou estigmatizadas.
Nesse contexto, a educação formal assume um papel fundamental ao reconhecer a centralidade da população negra na história do país e ao incorporar essas perspectivas de forma consistente no currículo escolar. Ignorar ou tratar de maneira superficial a história afro-brasileira contribui para a naturalização do racismo e para a reprodução de desigualdades. Como observa Santos (2014, p. 102), "o ensino da história afro-brasileira deve ser transversal, crítico e contextualizado, permitindo que os estudantes compreendam o racismo estrutural como produto histórico, social e cultural, e não como um fenômeno isolado ou naturalizado". Ao adotar essa abordagem, a escola amplia as possibilidades de compreensão do passado e do presente, promovendo uma formação mais crítica, sensível à diversidade e comprometida com a justiça social.

Costumes e Religiosidade
Os costumes africanos foram preservados e ressignificados no Brasil por meio de múltiplas estratégias de adaptação e resistência, mesmo diante de um contexto marcado pela violência da escravidão e pela tentativa sistemática de apagamento cultural. Manifestações como o candomblé, a umbanda, o samba, a capoeira e tantas outras expressões de matriz africana não apenas sobreviveram à opressão, mas se consolidaram como elementos fundamentais da cultura brasileira, carregando valores, memórias, formas de organização coletiva e modos próprios de compreender o mundo. Essas práticas expressam uma resistência simbólica e criativa que desafia a lógica colonial e afirma a continuidade da africanidade no cotidiano social.
Munanga (2019, p. 63) ressalta que "as expressões culturais afro-brasileiras constituem saberes legítimos, capazes de educar, socializar e transmitir valores éticos e estéticos às novas gerações". Ao reconhecer essas manifestações como formas de conhecimento, o autor chama atenção para seu potencial educativo, muitas vezes ignorado ou desvalorizado pelas instituições formais de ensino. No espaço escolar, no entanto, esses saberes costumam ser tratados de maneira superficial, frequentemente restritos a atividades pontuais, como festas temáticas ou apresentações em datas comemorativas, sem articulação com os conteúdos das disciplinas e sem aprofundamento histórico ou crítico.
Essa abordagem limitada contribui para a invisibilização da religiosidade e dos costumes africanos no currículo, reforçando o racismo estrutural presente na escola. Ao não reconhecer essas práticas como legítimas e portadoras de conhecimento, a instituição escolar acaba negando aos estudantes negros o direito de ver sua cultura valorizada e respeitada. Esse silenciamento simbólico não apenas empobrece o processo educativo, mas também reforça hierarquias culturais que colocam saberes de origem africana em posição inferior, dificultando a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e comprometida com a diversidade cultural.
AFRICANIDADE, LITERATURA E RACISMO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Literatura Afro-brasileira e Africana
A literatura e os conteúdos culturais constituem instrumentos centrais para a compreensão da africanidade e do racismo estrutural no contexto escolar. Por meio da análise literária, torna-se possível identificar, ao mesmo tempo, a riqueza cultural afro-brasileira e africana e a permanência de estereótipos racistas presentes em obras de autores eurocêntricos historicamente legitimados pelo currículo. A literatura, nesse sentido, não atua apenas como expressão estética, mas como espaço de disputa simbólica, memória, denúncia e afirmação identitária.
As obras afro-brasileiras e africanas oferecem narrativas de resistência, de preservação da memória e de valorização da experiência negra, sendo fundamentais para a construção da identidade dos estudantes. Em Quarto de Despejo, Carolina Maria de Jesus retrata de forma direta e sensível a marginalização social e racial vivida pela população negra periférica ao afirmar que "a gente não tem nada, nem mesmo o direito de ser feliz. Só existe a fome, o cansaço, a tristeza e a indiferença do mundo para com a gente".

O trecho evidencia a violência estrutural da exclusão social, mas também revela a dignidade e a força de resistência presentes em sua escrita, rompendo com narrativas romantizadas da pobreza e do racismo.

De maneira semelhante, Chimamanda Ngozi Adichie, em Americanah, problematiza a construção social da raça ao afirmar que "nos Estados Unidos, você não nasce negro. Você se torna negro. Aqui, a cor da sua pele define quem você é e como o mundo vai te tratar". A autora evidencia como o racismo se organiza de forma estrutural e cotidiana, especialmente no contexto da diáspora africana, permitindo reflexões sobre identidade, pertencimento e desigualdade racial em diferentes espaços sociais.

A literatura africana também contribui de forma significativa para essa compreensão. Em Weep Not, Child, Ngugi wa Thiong'o denuncia os efeitos do colonialismo sobre a identidade dos povos africanos ao afirmar que "o colonizador nos ensinou a odiar o nosso próprio passado, a desprezar nossas histórias e a esquecer quem realmente éramos". O fragmento explicita o apagamento cultural imposto pelo domínio colonial, revelando como a negação da africanidade foi utilizada como estratégia de dominação. Já em Terra Sonâmbula, Mia Couto valoriza a memória, a tradição oral e a espiritualidade africana ao afirmar que "as histórias que contamos são mais do que palavras. São mapas que nos lembram de quem somos, das raízes que nos carregam e da música que nos anima", ressaltando o papel da narrativa como elemento de sobrevivência cultural e reconstrução identitária.

No contexto brasileiro, Conceição Evaristo, em Ponciá Vicêncio, evidencia o peso histórico do racismo estrutural ao afirmar que "aprendi desde cedo que ser negra é carregar na pele o peso de uma história que muitos querem esquecer". A autora reforça a literatura como espaço de denúncia, mas também de afirmação da identidade negra, ao trazer à tona experiências silenciadas e historicamente desvalorizadas.

Essas obras possibilitam o desenvolvimento de debates críticos, oficinas de leitura, produção textual e projetos interdisciplinares que conectam literatura, história e cultura local, fortalecendo práticas pedagógicas alinhadas à educação decolonial. Contudo, apesar desses avanços, o currículo escolar ainda privilegia autores eurocêntricos que reproduzem visões racistas ou marginalizam a população negra. Em textos de Monteiro Lobato, por exemplo, aparecem caracterizações estereotipadas, como na descrição de "negrinha feia e preguiçosa, só sabe cantar e dançar", que reforça imagens pejorativas e invisibiliza os saberes afro-brasileiros. Em O Guarani, José de Alencar retrata negros e indígenas de forma subalterna, reproduzindo a hierarquia racial do período colonial e consolidando a centralidade da elite branca como sujeito histórico. Da mesma forma, em poesias de Olavo Bilac, o negro surge como figura secundária, "rindo ou cantando", sem voz nem protagonismo, enquanto a civilização é associada ao modelo europeu.

A permanência desses autores como referências centrais no currículo contribui para a centralidade da experiência branca, para a invisibilização da contribuição afro-brasileira e para a limitação da reflexão crítica sobre o racismo estrutural. Diante desse cenário, torna-se fundamental que a escola promova práticas pedagógicas que estimulem a leitura crítica dessas obras, estabelecendo comparações com textos afro-brasileiros e africanos, debatendo estereótipos, representações e relações de poder. Oficinas de reescrita de narrativas subalternizadas, debates sobre identidade e projetos interdisciplinares que articulem literatura, história e cultura configuram estratégias pedagógicas potentes para transformar a literatura em uma ferramenta efetiva de enfrentamento ao racismo e de valorização da africanidade no ambiente escolar.

Conexão com a Educação decolonial

Integrar a história, costumes, religiosidade e literatura afro-brasileira e africana no currículo escolar é uma forma prática de educação decolonial, rompendo com a hegemonia eurocêntrica e promovendo a valorização de saberes historicamente marginalizados. Como afirma Mignolo (2011, p. 52), "a educação decolonial não é apenas a inclusão de conteúdos diferentes; é o reconhecimento da legitimidade de saberes e experiências

historicamente apagadas, dando voz aos sujeitos que foram silenciados."

Práticas pedagógicas decoloniais incluem oficinas de capoeira e samba com análise histórica, leitura de obras literárias afro-brasileiras e africanas, projetos de pesquisa sobre líderes negros e apresentação de tradições culturais afro-brasileiras. Essas estratégias permitem aos alunos negros, especialmente os das periferias, reconhecerem-se como sujeitos ativos, protagonistas de sua própria história, e desconstruírem narrativas racistas internalizadas.

DECOLONIALIDADE NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

A decolonialidade na educação surge como uma resposta crítica e necessária às estruturas históricas de poder e produção de conhecimentos consolidados pelo colonialismo e pelo eurocentrismo, que ainda orientam, de forma explícita ou velada, grande parte dos currículos escolares. Ao longo do tempo, esses modelos privilegiaram saberes europeus como universais, relegando ao silenciamento ou à desvalorização os conhecimentos produzidos por povos africanos, indígenas e por sujeitos historicamente marginalizados. Como afirma Mignolo (2011, p. 45), "decolonialidade é a capacidade de questionar o monopólio do saber ocidental e reconhecer epistemologias e saberes marginalizados como legítimos e necessários à compreensão do mundo". Trata-se, portanto, de um movimento que não se limita à inclusão de novos conteúdos, mas que exige uma mudança profunda na forma de ensinar, aprender e interpretar a realidade.

No contexto das escolas municipais de São Paulo, pensar a educação a partir de uma perspectiva decolonial implica revisitar criticamente os conteúdos ensinados, as práticas pedagógicas adotadas e os materiais didáticos utilizados. Isso significa reconhecer que muitos estudantes negros, sobretudo aqueles que vivem nas periferias da cidade, passam anos na escola sem se verem representados positivamente nos livros, nas aulas ou nos exemplos apresentados em sala. Quando a história da população negra aparece restrita à escravidão, sem destacar suas formas de resistência, produção cultural e intelectual, a escola acaba reforçando uma narrativa de subalternidade que impacta diretamente a autoestima e o processo de aprendizagem desses alunos.

A decolonialidade propõe, nesse sentido, uma revisão cuidadosa do currículo, com a inclusão de autores afro-brasileiros e africanos de forma contextualizada e crítica, não como exceção ou complemento, mas como parte constitutiva do conhecimento escolar. Ler Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Chimamanda Adichie ou Ngugi wa Thiong'o, por exemplo, permite aos estudantes compreenderem a história e o presente a partir de outras vozes, ampliando o repertório cultural e estimulando a reflexão sobre desigualdades raciais, sociais e territoriais. Mais do que cumprir uma exigência legal, trata-se de reconhecer a legitimidade desses saberes e seu potencial formativo.

Outro aspecto central da educação decolonial é a valorização da cultura local e periférica. As periferias paulistanas são espaços de intensa produção cultural, marcados pela musicalidade afro-brasileira, pela oralidade, pela dança, pela religiosidade e por formas próprias de organização comunitária. Integrar esses saberes ao cotidiano escolar — seja por meio da análise do rap, do samba, da capoeira, das festas religiosas de matriz africana ou das narrativas locais — contribui para aproximar a escola da realidade dos estudantes, tornando o processo educativo mais significativo e menos excludente. Quando o aluno percebe que o conhecimento produzido em seu território também tem valor, a escola deixa de ser um espaço estranho e passa a ser um lugar de pertencimento.

A formação docente continuada é outro elemento fundamental nesse processo. Muitos professores reconhecem a importância do enfrentamento ao racismo, mas relatam insegurança ou falta de preparo para abordar temas como escravidão, identidade racial, preconceito e desigualdade de forma crítica e sensível. A educação decolonial exige que o professor também se coloque como aprendiz, disposto a rever concepções, questionar práticas naturalizadas e enfrentar seus próprios limites. Investir em formação antirracista, em espaços de estudo coletivo e em

trocas de experiências é essencial para que a escola consiga romper com práticas pedagógicas racialmente excludentes, ainda que muitas vezes não intencionais.

Ao permitir a leitura crítica do cotidiano escolar, a decolonialidade ajuda a revelar como o racismo estrutural se manifesta de maneira silenciosa e persistente, seja na escolha dos conteúdos, na ausência de referências negras positivas ou na forma como determinados estudantes são vistos e avaliados. Para alunos negros da periferia, que frequentemente não se veem representados nas narrativas escolares, essa ausência funciona como uma mensagem implícita de desvalorização. Experiências de projetos decoloniais desenvolvidos em escolas municipais de São Paulo, como oficinas de literatura africana, rodas de leitura de autoras negras, atividades de música e dança afro-brasileira acompanhadas de contextualização histórica, mostram que é possível construir práticas pedagógicas mais inclusivas, críticas e humanizadas.

Assim, a educação decolonial não se apresenta como uma proposta abstrata ou distante da realidade escolar, mas como um caminho possível para transformar a escola em um espaço de reconhecimento, diálogo e justiça social. Ao valorizar a africanidade, os saberes periféricos e as múltiplas formas de conhecimento, a escola contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua história e capazes de compreender e transformar o mundo em que vivem.

DADOS DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS SOBRE POPULAÇÃO NEGRA NA CIDADE DE SÃO PAULO E NA REDE MUNICIPAL

Para compreender o contexto racial e territorial que envolve as escolas municipais de São Paulo, é fundamental analisar os dados demográficos mais recentes sobre a população negra no município e a participação desses estudantes na rede pública de ensino.

Segundo os dados do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizados em estudos da Prefeitura Municipal de São Paulo, a população total da cidade era de 11.451.999 habitantes em 2022. Desse total, 4.980.399 pessoas (43,5%) se autodeclararam pretas ou pardas, isto é, negras — um aumento de mais de 800 mil pessoas em comparação com 2010, refletindo um crescimento contínuo dessa população ao longo das últimas décadas. Em contraste, a população branca diminuiu proporcionalmente no mesmo período, representando 54,3% da população municipal em 2022.

Esses dados confirmam que a população negra em São Paulo constitui quase metade do total de moradores, o que tem implicações diretas para as políticas públicas e, especialmente, para a educação municipal, uma vez que essas desigualdades raciais atravessam tanto o espaço urbano quanto as instituições sociais.

No que diz respeito ao sistema educacional municipal, os dados mais recentes do Censo Escolar 2023, divulgados e compilados pela própria Prefeitura, mostram que a rede municipal de ensino de São Paulo teve uma expressiva alteração na composição racial de seus estudantes ao longo da última década. Em 2013, havia 223.819 alunos declarados pretos ou pardos na rede municipal. Em 2023, esse número saltou para 424.637 estudantes, um aumento de aproximadamente 89% em dez anos, refletindo tanto mudanças demográficas quanto aumento da autodeclaração e reconhecimento racial no ambiente escolar.

Além disso, o número de estudantes cujas características raciais não foram declaradas diminuiu significativamente no mesmo período — de 383.989 em 2013 para 169.797 em 2023, o que representa uma queda de 55% neste grupo. Essa redução é importante, pois melhora a qualidade dos dados sobre raça/cor na educação e indica um maior engajamento das famílias em reconhecer a identidade étnico-racial dos estudantes.

A partir desses números, é possível observar que a maior presença de estudantes negros na rede municipal, alinhada com a composição racial da população da cidade, representa não apenas um dado demográfico, mas um potencial transformador na educação pública, que precisa ser articulado com práticas pedagógicas antirracistas e políticas educativas que promovam equidade e representatividade.

CONCLUSÃO

O racismo estrutural nas escolas municipais de São Paulo não é apenas um fenômeno estatístico ou abstrato; ele se manifesta nas pequenas e grandes ações do dia a dia, nos silêncios das salas de aula, nas lacunas dos livros didáticos e nas práticas que, mesmo sem intenção, invisibilizam a população negra. Estudantes das periferias, que carregam em si uma história rica de resistência e criatividade, muitas vezes se deparam com currículos que parecem ignorar suas raízes, diminuindo sua presença simbólica e seu direito ao protagonismo. Essa ausência não é neutra: molda percepções, fragiliza identidades e perpetua desigualdades que se enraizaram há séculos.

Os números oficiais reforçam essa realidade e, ao mesmo tempo, mostram a importância do reconhecimento racial. Em uma cidade onde quase 44% da população se autodeclara preta ou parda, e onde o número de estudantes negros na rede municipal praticamente dobrou na última década, há um potencial inédito para transformar a educação pública em um espaço de equidade e de construção de identidades fortalecidas — se essa oportunidade for devidamente aproveitada nas práticas escolares.

No entanto, a educação possui também um poder transformador singular. A valorização da africanidade, da literatura afro-brasileira e africana, da religiosidade, da musicalidade e dos saberes periféricos pode funcionar como ponte entre o passado e o presente, entre a identidade individual e a consciência coletiva. Inserir essas narrativas de forma contínua e transversal, e não apenas em datas comemorativas, permite que o estudante negro veja sua própria história refletida e reconhecida, ao mesmo tempo que todos os alunos aprendem a olhar criticamente para as estruturas de poder que ainda moldam a sociedade.

Entre as possíveis soluções, destaca-se a formação docente contínua e antirracista, capaz de equipar educadores para perceber e desconstruir práticas excludentes e para promover ambientes de aprendizagem inclusivos. Projetos de leitura e produção literária, oficinas de música, dança e capoeira com análise histórica, estudos de lideranças negras locais e a promoção de debates sobre identidade e racismo são ferramentas concretas que reforçam a educação decolonial e estimulam o protagonismo estudantil. Além disso, políticas que ampliem o acesso a materiais pedagógicos que reflitam a diversidade étnico-racial, somadas a iniciativas de acompanhamento e avaliação da implementação da Lei 10.639/2003, podem consolidar mudanças estruturais duradouras.

Assim, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos e se torna um território de reconhecimento, reflexão e resistência. Reconhecer a cultura negra, suas histórias e saberes, é mais do que um ato pedagógico: é um gesto de reparação histórica e de afirmação da dignidade humana. Ao integrar a africanidade ao cotidiano escolar, as escolas municipais podem se tornar lugares de construção de sujeitos críticos, conscientes de sua identidade, capazes de atuar de forma ética e transformadora na sociedade, e preparados para reescrever, com consciência e coragem, a narrativa de um país que ainda busca equidade e justiça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.639/2003 – Inclui no currículo escolar obrigatório a história e cultura afro-brasileira.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural: um estudo sobre racismo estrutural no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2018.

CENSO ESCOLAR. Escolas municipais e desigualdade racial. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2021.

MIGNOLO, Walter. O pensamento decolonial: implicações para a educação. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Racismo estrutural no Brasil: desafios para a educação. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

OLIVEIRA, Lélia Gonzalez. Racismo estrutural e educação: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2014.

TELLES, Edward. Racismo no Brasil: sociologia e estatísticas. São Paulo: Contexto, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Half of a Yellow Sun. London: Fourth Estate, 2006.

NGUGI WA THIONG'O. Decolonising the Mind. London: James Currey, 1986.

CAROLINA MARIA DE JESUS. Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada. São Paulo: Global, 1960.

MACHADO DE ASSIS. Dom Casmurro. Rio de Janeiro: Garnier, 1899.

DIAS, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2018.